

A natureza esclarecida

Uma discussão sobre cultura e natureza em Adorno e Horkheimer na *Dialética do Esclarecimento*

Rubens Elias da Silva¹

A Andrea Ciacchi.

1. INTRODUÇÃO

Este ensaio é resultado das reflexões ocasionadas em virtude das aulas assistidas na disciplina de Sociologia da Cultura, ministradas pelo professor Marcos Ayala e que redonda como trabalho final para cumprimento dos créditos da referida disciplina. Tem como objetivo discutir o conceito de *esclarecimento*, desenvolvido por Adorno e Horkheimer na obra *Dialética do Esclarecimento*, a partir da relação sociedade *versus* natureza e as conseqüências oriundas deste processo histórico-filosófico na sociedade ocidental.

A obra *Dialética do Esclarecimento – fragmentos filosóficos*, concluída em 1944 e publicada três anos mais tarde em Amsterdã, Holanda, foi escrita por Theodor Adorno e Max Horkheimer. A *Dialética* foi concluída pelos autores nos Estados Unidos em virtude do avanço do nazismo na Alemanha, o que permitiu a discussão e preocupação dos mesmos em problematizar a questão do anti-semitismo e o irracionalismo que pode levar a dominação política do totalitarismo. Nesta obra convém ressaltar que o processo de racionalização, corolário do Iluminismo, é duramente questionado e a própria consciência crítica colocada sob suspeita. Suspensão dada por conta do processo de alienação e a correspondente ineficácia do discurso filosófico em intervir no curso histórico. Desta forma, os autores desconfiam do postulado cientificista, uma vez que através do conhecimento “positivo” aplicado à dominação da natureza levou a um estágio civilizatório sem precedentes no Ocidente, submetendo a seu julgo não só a natureza, mas os próprios homens.

Neste ensaio pretendemos debater o conceito de *esclarecimento* e seus desdobramentos no mundo moderno, tomando como referência a relação da sociedade com o mundo natural através da intermediação do processo de instrumentalização da razão.

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPB e professor das Faculdades Integradas de Patos. Mestre em Sociologia pelo PPGS/UFPB.

Reconhecemos, desde já, que o termo *esclarecimento*, tomado a sua acepção histórico-filosófica, interpenetra-se numa relação entre sujeito-objeto.

O termo *esclarecimento* (Aufklärung), não foi criado por Adorno e Horkheimer. Kant (1724-1804) já o empregara no século XVIII como o processo emancipatório do homem frente à ignorância, ou seja, enquanto sujeito capaz de perceber-se diferente do mundo ao redor, portador do *cogito*, aquele pudera se libertar do medo que os fenômenos da natureza o afligia. O homem, sob à luz da razão, poderia enfrentar a natureza, tirar proveito dela e, assim, autoconservar-se.

Podemos identificar em Francis Bacon (1561-1626) a primeira tentativa de elevar o conhecimento filosófico a um patamar não apenas reflexivo, mas capaz de demonstrar empiricamente seus postulados e axiomas. Em seus famosos *Aforismos*, define o homem como “ministro e intérprete da natureza” (BACON, 1999: 33), deixando para trás todo o resquício de uma filosofia do discurso e da ideação. Para ele o postulado filosófico serviria como auxílio à nascente ciência, que estaria não mais presa aos ídolos pois, “a melhor demonstração é, de longe, a experimentação, desde que se atenha rigorosamente ao experimento”, (BACON, 1999: 55). A “indústria humana”, conforme definia Bacon, deveria consolidar-se não por crenças não-comprováveis; deveria, sim, atingir seu potencial criativo sob a égide de um conhecimento aplicável à realidade e intérprete fiel dos processos naturais. O saber para Bacon seria apenas um meio mais rigoroso para conquistar o poder sobre a natureza e dominá-la; e este saber estaria destituído de um valor em si mesmo. Assim, o saber perde o estatuto de preocupar-se com dilemas medievais como justo-injusto, bem-mal, necessário-acessório.

O conceito que Kant desenvolve é resultante da filosofia desenvolvida por René Descartes (1596-1650) entre os séculos XVI e XVII que defendia a unificação da filosofia através do interligamento das ciências, metaforizado pela “árvore do saber”. Descartes utiliza como modelo racional a ser seguido o conhecimento matemático, que possuiria verdade absoluta e incontestável, evidentes ao intelecto. Ele foi, certamente, um dos primeiros pensadores a associar o saber filosófico como forma de construir um conhecimento seguro e lógico a respeito da natureza e do próprio homem.

A expansão marítima, as reformas protestantes, as grandes navegações, a formação dos Estados nacionais, o comércio ultramarino e as conseqüentes descobertas de novos mundos exerceram importantes transformações no movimento intelectual ocorrido na Europa a partir do século XV, principalmente como esta “sociedade” se relaciona com a natureza.

Todas estas transformações econômicas, sociais, políticas, históricas e culturais instauram uma nova maneira de se relacionar com o sagrado bem como a forma de analisar os fenômenos naturais. A razão passa a ser o bastião para conhecer o mundo. A faculdade de avaliar, pensar e emitir opiniões deve se submeter aos domínios da *ratio*. WEBER (1999: 213) denominou este processo histórico de *racionalização*.

É neste contexto histórico que surge a necessidade de estabelecer novas bases racionais não para conhecer os meandros e processos naturais, mas sim conhecer o próprio homem que assume agora o eixo central de análise. A sociologia constrói suas bases enquanto disciplina no bojo da modernidade, a despeito dos problemas sociais resultantes da ruptura econômica, social, política e cultural na sociedade européia após a Revolução Industrial. Baseado nas idéias iluministas de Saint-Simon, Auguste Comte (1798-1857), foi o primeiro filósofo a sistematizar o que cunhou como “física social” (COMTE, 1978: 33). O desenvolvimento intelectual do homem, para ele, passaria por três estágios necessários: o teológico, o metafísico e, por fim, o positivo. Esta física social sofre forte influência do pensamento iluminista da época, cujo pressuposto é de que só é possível conhecer a natureza e seus efeitos a partir da razão.

Durkheim (1858-1917) retoma as idéias de Comte e funda o que hoje denominamos sociologia. Para estabelecer bases racionais para análise e prescrição dos fatos sociais, este filósofo inspira-se nos métodos utilizados na Biologia, Física e Astronomia, ciências legitimadas da época. A identificação dos fatos sociais só seria possível por conta de estes serem objetivos, exteriores e coercitivos. Durkheim (2001) acreditava que a sociologia poderia não só explicar os fenômenos sociais, mas prescrever soluções racionais aos problemas. Em um trabalho clássico, *O Suicídio*, Durkheim descreve as várias modalidades deste fenômeno e admite a predisposição psicológica e a determinação social na ação do indivíduo (Durkheim: 2001). Excessivamente otimista, ele acredita que somente o restabelecimento dos valores morais e da disciplina os indivíduos vincular-se-iam à sociedade; à sociedade burguesa, conservadora e industrial.

É neste complexo processo de construção do conhecimento que a ciência adquiriu o estatuto de árbitra na forma como a sociedade se organiza, os indivíduos se relacionam e, principalmente, como estes conferem sentido as suas vidas a partir de um mundo secularizado, utilitarista e individualista. Secularização, utilitarismo e individualidade são conceitos que dialogam e mantêm uma relação de intercambiação com o *esclarecimento*.

Desta forma, na *Dialética do Esclarecimento*, o conceito *esclarecimento* é analisado a partir de um aporte crítico. Ele aparece impregnado não apenas pelo caráter positivo, lógico,

desvelador, em voga até então e legitimadas por filósofos como Descartes, Bacon e Kant, entre outros, mas apresenta-se sob o manto da ambivalência. O termo esclarecimento, para Adorno e Horkheimer, é dialético porque ao mesmo tempo em que reveste os homens do poder de dominar o mundo sob o auxílio iluminador da razão, também os impinge com o manto da alienação, submissão omissa e obediente numa sociedade cujo sistema econômico, político e cultural é autoritário e dominador.

2. A GÊNESE DO ESCLARECIMENTO

O *esclarecimento* enquanto objetivo humano de emancipação frente ao desconhecido e às forças brutais da natureza acompanha a humanidade desde tempos remotos. Podemos dizer, em linhas gerais, que quando os homens percebem-se diferentes da natureza e são capazes de transformá-la através de sua força de trabalho, iniciou-se o processo esclarecedor. O pensamento mítico, engastado de fantasmagorias e imbuído da ideologia de colocar o homem na posição de servo obediente, passa, no decorrer da história, a ser suplantado pelo *logos*, pensamento racional que mensura os fenômenos naturais dentro de uma ordem de efeito e consequência. A esse processo permanente *desencantamento*, Max Weber dedicou vasta discussão em sociologia da religião². Para os autores, desencantar o mundo é destruir o animismo, sua face mais enganadora e supersticiosa (ADORNO E HORKHEIMER, 1985: 20).

Segundo Adorno e Horkheimer, o processo da civilização ocidental caracterizou-se, sobremaneira, pela superação da mentalidade mítica. A reorganização mental sob novos pilares lógicos foi necessária no sentido de que os homens necessitavam obter os meios imediatos de subsistência; pela organização social em desapego ao modo de vida nômade deuse visando o prolongamento dessa subsistência. O entendimento, assim, supera a superstição. É neste sentido que a natureza, vista durante milhares de anos como “ente”, passa a ser vista e interpretada como objeto, passível de ser esclarecida, portanto, dominada. Assim, “o mito converte-se em esclarecimento e a natureza em mera objetividade” (ADORNO E HORKHEIMER, 1985: 24).

Adorno e Horkheimer enfatizam que “poder e conhecimento são sinônimos” (1985: 20). Dessa forma, há uma necessária relação recíproca entre conhecer a natureza e empregar este saber para esclarecê-la. Este saber nasce, não só para explicar a natureza, mas porque

² Conferir Max WEBER, Sociologia da religião (tipos de relações comunitárias religiosas). In: Economia e sociedade, 2000, volume 1.

tanto o mito quanto a ciência surgem para livrar os homens do medo, medo este que se transforma em explicação. Deste modo, afirmam que:

“Do medo o homem presume estar livre quando não há nada mais de desconhecido. É isso que determina o trajeto da desmitologização e do esclarecimento, que identifica o animado no inanimado, assim como o mito identifica o inanimado ao animado. O esclarecimento é a radicalização da angústia mítica”.

(ADORNO E HORKHEIMER, 1985: 29).

Desta feita, podemos fazer algumas inferências a respeito da gênese do *esclarecimento*: a origem deste processo deu-se no momento histórico em que se dá a transição entre mito e saber, ou seja, de *desencantamento do mundo* (*Entzauberung der Welt*), que buscou destruir o animismo mitológico e as antigas tradições explicativas. A magia e os ritos perderam a supremacia de explicação narrativa da origem das coisas e do próprio homem (PIERUCCI: 2003). Elas não deixaram de existir, como historicamente podemos constatar, mas permaneceram sob o jugo de um logos *filosófico*. Essa nova forma de racionalidade serve não só para explicar os fenômenos naturais, mas, conforme denunciaram Adorno e Horkheimer (1985: 20), “para dominar completamente a ela (a natureza) e aos homens”.

Numa outra passagem da obra, os autores realizam o entrelaçamento do mito, dominação e trabalho utilizando como metáfora Odisséia, de Homero. Numa famosa passagem, o encontro de Ulisses com as sereias é o ponto nodal de análise da relação entre subjetivização e reificação. O herói Ulisses ao ouvir o canto das sereias, prende-se ao mastro da embarcação para não sucumbir à beleza do canto destas, ao passo que a tripulação – ouvidos tapados com cera – é inflamada a remar até que o perigo torne-se superado. Nesta alegoria, percebemos que a Ulisses é dado o direito de decidir sobre os destinos dos outros tripulantes e a beleza – algo capaz de trazer aos homens os desejos mais instintivos – enquandra-se dentro de limites que não põem em risco a autopreservação. A Ulisses é dado o estatuto não só de decidir, mas *de dominar os outros homens*.

Podemos conjecturar outra importante nuance da relação dominadora dos homens – na categoria de sujeito – não só sobre a natureza, mas que assume novas configurações sociais: a dominação do homem sobre outros homens. Faremos uma análise acurada desta configuração mais adiante.

Em passagem anterior, defendemos a tese de que a secularização, o utilitarismo e a individualidade, transformada em *individualismo*, estão fortemente relacionados com o processo de *esclarecimento*, ou melhor, aqueles representam as interfaces de um complexo movimento histórico denominado modernidade. Max Weber foi o teórico *par excellence* da idéia de secularização. Pierucci (1998) vê o processo de secularização no pensamento weberiano como a luta da modernidade na sua matriz cultural contra a instituição religiosa, ou seja, a emancipação em relação a ela. Pierucci ainda a define da seguinte forma:

“Secularização designa antes de mais nada o processo caracteristicamente de esmorecimento e de cessão, de subtração de religião, que, se é verdade que pode ocorrer em qualquer época e lugar, constitui em sua tipicidade o roteiro característico dos tempos modernos”. (PIERUCCI, 1998: 62)

O processo de secularização não se restringiu, segundo Max Weber, à instituição religiosa. Ele também o vislumbrou na esfera jurídica, onde os destinos humanos não estavam mais a julgo de um deus onipotente e onisciente tão em voga no período medieval; inversamente, no Ocidente ocorreu um desenvolvimento da racionalidade jurídica que veio concretizar-se, então, numa ordem jurídico-legal formalmente legítima e capaz de ser revista (PIERUCCI, 1998). O direito só se realiza enquanto direito, a partir do momento em que legitima a oportunidade de ampla defesa dos envolvidos e privilegia, enquanto *prova*, a materialidade das acusações e defesas. O direito, nestas prerrogativas, entrou no processo de esclarecimento; vicejou e alcançou os tempos modernos, digamos.

Secularização, sem dúvida, é uma das faces do esclarecimento, pois desempenhou um papel decisivo na organização hierárquica dos bens da igreja e na instrumentalização do poder jurídico enquanto discurso moderno, desembocando numa nova fase de estruturação lógica do esclarecimento.

É na modernidade, e somente nela, que a ciência alcança influente importância na forma como a sociedade confere e dá sentido aos fenômenos da natureza e suas inter-relações com a vida social nos primeiros grandes centros. Na introdução desenvolvemos a idéia de como o pensamento filosófico foi decisivo na legitimação das práticas científicas. Paralelamente com a instrumentalização do saber, o utilitarismo foi uma concepção bastante em voga na Europa, desde Jeremy Bentham com sua idéia de *panopticum*. O utilitarismo

afirma veementemente que o valor de uma ciência encontra-se justo na quantificação de aplicações práticas que ela possa permitir e beneficiar um número sempre maior de indivíduos. A ciência como saber, na modernidade, traz para si o valor de troca. As idéias que ela desenvolve têm que ter uma utilidade imediata e quaisquer saberes que discuta, questione e suspenda valores absolutos são relegados a um segundo plano ou prioridade.

O conceito de indivíduo é muito recente na história do Ocidente, precisamente no momento em que a Europa sofreu significativas transformações sociais; o Estado liberal o criou e elaborou os primeiros postulados para sua realização. A sociedade gregária perde força e em detrimento das forças econômicas é necessário oferecer liberdade de escolha – ainda que ilusórias – ao indivíduo numa sociedade mercantil. Karl Marx foi o teórico mais incisivo em suas interpretações sobre a Economia política na sociedade liberal. As reivindicações e necessidades coletivas deixam de fazer parte da agenda da *polis*; o indivíduo deve satisfazer sua necessidade no mercado de consumo. No primeiro momento, parece que não existe uma relação necessária entre esclarecimento e individualismo; mas, é apenas engano. O individualismo só se objetivou por conta da dessacralização dos processos sociais e o acúmulo de bens não ser mais visto como impedimento à salvação, conforme constatou Max Weber na *Ética protestante e o espírito do capitalismo* (2000), sua obra mais original. Vejamos como Sztompka definiu este fenômeno singular do Ocidente:

“O indivíduo emancipa-se de vínculos grupais insubstituíveis e impostos, torna-se livre para se mover entre coletividades sociais e para associar-se de acordo com sua vontade, um ser independente e responsável por suas próprias ações, sucessos e fracassos”. (SZTOMPKA, 1998: 139).

Com isso, a lógica do *esclarecimento* delineada por Adorno e Horkheimer se fecha sobre si mesma: mundo cada vez mais secularizado, ciência como instrumento social organizado sob postulados mercadológicos e a individualidade transforma-se num construto abstrato, amorfo, sintomático dos tempos modernos. O indivíduo disperso não consegue realizar-se numa sociedade transformada em massa; permanece numa perene insatisfação (LAZARTE: 1996), (SZTOMPKA: 1998).

Adorno e Horkheimer reconhecem que o saber é um importante instrumento de poder no seio da sociedade moderna. Ao longo da obra *Dialética do Esclarecimento*, estes

autores alertam a respeito do aspecto alienante como a sociedade ocidental ergueu seus pilares sociais. O que implicou num primeiro momento a submissão da natureza aos caprichos e saberes humanos, numa ordem seguinte este saber desprovido de valor voltou-se para o próprio sujeito construtor deste conhecimento. Assim,

“O saber que é poder não conhece nenhuma barreira, nem na escravização da criatura, nem na complacência em face dos senhores do mundo”.
(ADORNO E HORKHEIMER, 1985: 20).

No próximo tópico abordaremos com mais detalhes este caráter sombrio do *esclarecimento* na denominada modernidade.

3. A NATUREZA ESCLARECIDA E “ATORMENTADA”

Se Adorno e Horkheimer construíram uma crítica à racionalidade ocidental e sua instrumentalização a serviço da sociedade de mercado, ninguém duvida. É sua instigante crítica que serviu – e ainda serve – como base para compreender e oferecer elementos para reflexão acerca da relação conflitante entre cultura e natureza.

Antes de discutirmos a forma que estes vêem a relação entre cultura e natureza, veremos duas visões distintas de apropriação e exploração da natureza. Primeiramente, a do antropólogo islandês Gísli Pálsson. Este autor lança uma proposta ideal-típica para compreendermos a relação natureza-cultura e convencionou três paradigmas de apropriação: orientalismo, paternalismo e comunalismo. O modelo que mais se aproximaria à forma como Adorno e Horkheimer porfiam o desenvolvimento histórico da formação do pensamento ocidental seria o orientalismo. No paternalismo, os indivíduos efetuariam uma relação de respeito aos limites da natureza; o comunalismo consistiria numa fusão entre sujeito e ambiente.

Segundo Pálsson (1996), a dicotomia *natureza e sociedade* não podem ser vistas como esferas separadas, mas interligadas dialeticamente. Porém, Pálsson analisa as relações entre natureza e sociedade em atos práticos e contextualizados, desde sociedades coletivas, pastores nômades até pesca estuarina. Este contexto sócio-histórico deve ser visto a partir de sua lógica interna e é praticamente inviável encontrar uma sociedade que vivencie apenas um modelo de manejo; haveria, na práxis, uma assimilação de experiências dos diversos modelos paradigmáticos.

Giddens (1991) aponta o industrialismo como metáfora para entendermos a relação entre cultura e natureza. Para ele, o industrialismo seria uma das dimensões institucionais da modernidade, definido como “uso de fontes inanimadas de energia material na produção de bens” (GIDDENS, 1991: 61). Estas fontes inanimadas consistiriam ao que intitulamos “natureza”.

Para ele, o industrialismo seria o eixo central de interação entre os sujeitos com a natureza em condições históricas distintas: a modernidade. Ele enfatiza que nas culturas pré-modernas, os humanos percebiam-se enquanto prolongamento da natureza. Nas configurações sociais da modernidade, a indústria, modelada dentro do conhecimento científico aliado à tecnologia, transforma radicalmente o mundo natural, o que Giddens denomina “ambiente criado” (GIDDENS, 1991: 66).

Ora, desta forma, o ambiente criado passa a ser espaço socializado, humanizado, tecnicamente manipulado graças a um organizado aparelhamento científico destinado a descobrir os segredos da natureza e, conseqüentemente, atormentá-la.

O termo “natureza atormentada” foi usado por Francis Bacon para ilustrar o processo irreversível de desvelamento da natureza, concretizado nas experiências em laboratório. Segundo Fourez (1995) somente no século XIX que os laboratórios ganharam o direito de auxiliarem estudos “técnicos” nas universidades. São estes ambientes que os cientistas praticam experimentos “controlados”. E é este controle sobre os fenômenos da natureza e as posteriores conclusões que a ciência devolve à sociedade os resultados de suas pesquisas com o disfarce de um “discurso isento e universal”. É neste momento que percebemos o sentido que Adorno e Horkheimer associam ao “saber e poder” como instâncias interdependentes.

Nada causa mais desconforto nos estudos sociológicos no século XXI do que o problema da sociedade globalizada, discurso científico e os sérios impactos ambientais ocasionados por séculos de apropriação dos recursos naturais sem a devida atenção para a possível extinção destes. Enquanto que nos séculos predecessores havia uma franca confiança nas descobertas científicas, a partir do século XX a sociedade passou a desconfiar do trabalho pretensamente utilitarista da ciência e o flagrante descompasso com a realidade concreta. Exemplos não faltam: uso da fissão nuclear para a destruição de Hiroshima e Nagasaki, aviões usados como instrumento de guerra, o rádio e a propaganda como mecanismo de disseminação de idéias nazistas na Alemanha, holocausto, o *gulag* stalinista. Atualmente constatamos cada vez mais conflitos locais e globais; as possibilidades de aniquilação nuclear e de uma catástrofe ambiental global alertam a todos que a racionalidade não é garantia de uma conformação social que aspire valores éticos e morais. Ao contrário, ela é a exacerbação da desrazão, do irracionalismo (LAZARTE, 1996). A racionalidade não alcançou o que estava sublimar no seu discurso: a *civilidade*.

É inegável o quanto o discurso científico organiza e hierarquiza valores nas sociedades “secularizadas”. “O esclarecimento é autoritário como qualquer outro sistema”, (ADORNO E HORKHEIMER, 1985: 37). Todas as esferas da vida sofrem as interferências do discurso científico,

desde convicções religiosas, conduta sexual, preferências de consumo, padrões de lazer e trabalho a maneiras de ser, agir, pensar (SZTOMPKA, 1998).

O conhecimento científico, por sua própria natureza, é parcial e está sempre aberto a novas teses e teorias. Quando um determinado campo não satisfaz ou não atende às especificidades do objeto em estudo, dizemos que houve uma ruptura epistemológica. É justamente aí que reside a redenção, como também a mortificação da ciência no mundo moderno: ela está em permanente contestação sobre si mesma.

É a vitamina x encontrada no alimento y que previne contra doença w , que amanhã vai ser contestada porque a universidade tal descobriu que a vitamina em questão não é eficaz contra a doença w se o alimento y não for produzido em determinadas condições. É o princípio ativo xy encontrado no vegetal ws que previne contra o câncer de próstata, certamente amanhã será invalidado por conta de condições, no mais das vezes, impossíveis de serem compreendidas pelo indivíduo comum. Pois, “diante do esclarecimento, os conceitos estão na mesma situação que os aposentados diante dos trustes industriais: ninguém pode sentir-se seguro” (ADORNO E HORKHEIMER, 1985: 35).

Giddens (1991), mais uma vez, oferece subsídios para compreendermos o que descrevemos acima. Os sistemas peritos consistiriam em mecanismos de desençaixe porque removem as relações sociais das imediações de contexto (GIDDENS, 1991: 36). Assim, para o indivíduo comum é irrelevante conhecer os princípios e mecanismos que fazem o avião funcionar. Mas este mesmo indivíduo acredita que quem elaborou tal nave tinha conhecimento especializado o suficiente para que a nave não caia. Neste simples evento, há uma incontável gama de crenças que nós, indivíduos comuns, aderimos sem contestar simplesmente porque depositamos nelas “fé” (GIDDENS, 1991, 35). Com efeito, citamos agora:

“A própria mitologia desfêcha o processo sem fim do esclarecimento, no qual toda concepção teórica determinada acaba fatalmente por sucumbir a uma crítica arrasadora, à crítica de ser apenas uma crença”. (ADORNO E HORKHEIMER, 1985: 26)

A ciência, na modernidade, toma o lugar ocupado pela religião. Só que ao trazer para si a legitimidade de predizer o modo de viver de milhões de pessoas e estas perseguem um ideal de “felicidade” numa fé diante da impessoalidade, vemos o quanto Adorno e Horkheimer tinham razão: ao desprender-se do mito através de uma razão iluminadora, a ciência retorna ao mítico.

Os mitos, as lendas, as doutrinas religiosas, que foram tão combatidos pelos racionalistas desde a Grécia Antiga, continuam vivificados na modernidade, como o vampiro *Lestat*, do filme *Entrevista com o Vampiro*. Eis uma perfeita metáfora para ilustrarmos esta passagem: o vampiro Lestat arrasta-se desde tempos imemoriais, presente na ausência, sugando o sangue alheio, a seiva da vida, para continuar subsistindo na imortalidade. O mesmo ocorre com a racionalização instrumental: ela tem em sua natureza o caráter dual, conforme frisamos no início do artigo, e solapa de vez o sonho dos humanos de serem livres e capazes de guiar seu próprio destino.

A burocratização presente em todas as esferas da vida, o ganho calculado, as relações impessoais, a rotina do trabalho que ceifa a criatividade, o outro visto como estranho evidenciam o esgotamento das relações humanas num mundo dessacralizado. Podemos acrescentar ainda o fato de o discurso científico assumir poderes ininteligíveis para a maioria; na esfera política, a democracia como outra realidade intangível e difícil de ser alcançada num mundo “sem fronteiras”; na economia, a vida social enredada num consumo sem fim. Todas estas constatações somente evidenciam o que Adorno e Horkheimer apontaram na *Dialética do Esclarecimento* e que o mundo moderno está incapaz de oferecer alternativas; se estas existem, o lado sombrio da modernidade parece obscurecer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BACON, Francis. (1999). *Os pensadores*. São Paulo: Nova Cultural.
- COMTE, Auguste. (1978). *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural.
- DESCARTES, René. (1979). *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural.
- DURKHEIM, Émile. (2001). *As regras do método sociológico*. Tradução: Pietro Nasseti. 1ª edição. São Paulo: Martin Claret.
- _____, Émile. (2001). *O suicídio*. Tradução: Pietro Nasseti. 1ª edição. São Paulo: Martin Claret.
- FOUREZ, Gerard. (1995). *A construção das ciências: introdução à filosofia e à ética das ciências*. São Paulo: Edunesp.
- GIDDENS, Anthony. (1991). *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Edunesp.
- HORKHEIMER, Max et ADORNO, Theodor W. (1985). *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.
- LAZARTE, Rolando. (1996). *Max Weber: ciência e valores*. São Paulo: Cortez.

PALSSON, Gisli. (1996). *Relações homem – ambiente: orientalismo, paternalismo e comunalismo*. In: DESCOLA, P. e PALSSON, G. *Nature and Society: anthropological perspectives*. London and New York: Routledge,. Tradução de Camila C. Ribas e Dafran G. Macário.

PIERUCCI, Antonio Flavio. *Secularização em Max Weber: da contemporânea serventia de voltarmos a acessar aquele velho sentido*. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo. Volume 13, número 37, junho de 1998.

_____, Antonio Flávio. (2003). *O desencantamento do mundo: todos os passos do conceito em Max Weber*. 1ª edição. São Paulo: Editora 34.

SZTOMPKA, Piotr. (1998). *A sociologia da mudança social*. São Paulo: Civilização Brasileira.

WEBER, Max. (2000). *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira.

_____, Max. (2000). *Economia e sociedade*. Volume 1. Brasília: Edunb.

FILME: *Entrevista com o vampiro*. (Interview with the Vampire: The Vampire chronicles). Ano: 1994. Direção: Neil Jordan. País: Estados Unidos. Estúdio: Geffen Pictures / Warner Bros.

RESUMO

A natureza esclarecida: uma discussão sobre cultura e natureza em Adorno e Horkheimer na *Dialética do Esclarecimento*

Este artigo tem como objetivo principal discutir o conceito de *esclarecimento*, desenvolvido por Adorno e Horkheimer na obra *Dialética do Esclarecimento*, a partir da relação sociedade *versus* natureza e as conseqüências oriundas deste processo histórico-filosófico na sociedade ocidental. A dominação da natureza através do conhecimento possibilitou num momento seguinte do curso histórico a dominação do homem sobre outros homens. O preço pago por este domínio sobre a natureza, os homens e a ciência nascente foi altíssimo: guerras mundiais, cultura massificada e alienante, discurso científico autoritário, homens a serviço da tecnologia. Assim, vários autores chegam a anunciar a morte do sonho de a razão libertar os homens da ignorância e do medo.

Palavras-chave: esclarecimento, racionalidade, natureza.

